

INTERNACIONAL



O texto registra a crise política venezuelana, que se acirrou após o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoanunciar-se “presidente encarregado” do país e apoiar a entrega forçada de “ajuda humanitária” estadunidense através das fronteiras do Brasil e da Colômbia. Neste meio tempo, por iniciativa dos governos do Uruguai e do México, foi criado o Mecanismo de Montevidéu, com a participação também de alguns países europeus, para tentar mediar negociações entre o governo da Venezuela e a oposição.

A crise política e econômica na Venezuela

O começo de 2019 tem sido conturbado para a Venezuela, país que há alguns anos passa por uma grave crise econômica e política. Logo após Nicolás Maduro, do partido PSUV, tomar posse para seu segundo mandato, no dia 10 de janeiro, o opositorista e presidente da Assembleia Nacional Juan Guaidó, do partido Voluntad Popular, de extrema direita, se autodeclarou presidente interino, tentando solapar as eleições de maio de 2018, que haviam dado a vitória a Maduro. Apesar deste questionamento, deve-se considerar que o mesmo sistema eleitoral que deu a vitória a Maduro também elegeu Guaidó, e na Venezuela o voto é facultativo. A eleição do ano passado foi acompanhada por observadores estrangeiros, entre eles o ex-presidente do governo espanhol José Luiz Zapatero, que respaldaram a lisura do processo.

Embora a postura de Guaidó seja absolutamente ilegal de acordo com a legislação venezuelana, ele é reconhecido por vários países ocidentais, entre eles os Estados Unidos, que apoiariam qualquer um que

pudesse tirar o chavismo do poder, pois o governo Trump está em plena campanha para promover “mudanças de regimes” na Venezuela, Nicarágua e Cuba. Ele fez questão de anunciar publicamente que o socialismo acabará nestes três países. O Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Peru, a Colômbia e alguns outros na América Latina e Caribe, bem como alguns europeus como o Reino Unido e França, o apoiam nesse intento.

No entanto, as tentativas estadunidenses de aprovar o reconhecimento de Guaidó na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Conselho de Segurança da ONU fracassaram, pois os votos necessários para isso não foram obtidos, apesar da cumplicidade do secretário-geral da OEA, Luis Almagro, e, na ONU, a China e a Rússia terem vetado a resolução. Outros integrantes do Conselho de Segurança, como a África do Sul, também se pronunciaram contra.

O que torna a Venezuela tão especial para ser palco dessa disputa, já que outros países na América La-

tina e Caribe, como a Argentina e o Haiti, também passam por crises importantes, mas não recebem tantos holofotes, é a sua principal fonte de receita, o petróleo. O nosso vizinho tem a maior reserva mundial deste produto e todo o setor petrolífero do país foi nacionalizado durante o governo de Hugo Chávez, ferindo interesses de companhias produtoras estrangeiras, como as estadunidenses e as europeias. Ter um território próximo, cheio de petróleo e com um governo subserviente seria ótimo para os Estados Unidos.

Depois das tentativas fracassadas de obter apoio na OEA e ONU, o governo Trump voltou à ofensiva por meio das táticas das sanções econômicas unilaterais para agravar ainda mais a precária situação econômica da Venezuela e oferecer “ajuda humanitária”, o que nos recorda do ocorrido na Líbia durante a “Primavera Árabe”, onde a “ajuda” foi imposta por meios militares, terminou com a deposição de Muamar Kadafi e inaugurou um caos no país que prossegue até hoje. Aliás, há analistas internacionais que argumentam que interessa aos EUA que os países que querem controlar não tenham governança estruturada como são atualmente os casos do Afeganistão, Líbia e Somália. A Síria escapou desse destino graças à intervenção russa a favor do governo Assad.

Os Estados Unidos em seu cerco à Venezuela e tentativas de derrubar Maduro contam, principalmente, com a ajuda dos governos do Brasil, da Colômbia e dos Países Baixos que, por sua vez, possuem colônias na vizinhança como Aruba e Curaçau. Pretendem, a partir destes territórios, fazer a entrega de alimentos e remédios que o governo venezuelano com razão tem recusado, pois o pedido de ajuda a outros países deve ser feito pelo governo legítimo e não pela oposição. E além disso, o mecanismo adequado para distribuir ajuda em qualquer país cabe a organismos como a ONU, Cruz Vermelha, entre outros. Se houvesse realmente a intenção de ajudar o povo venezuelano, a primeira medida que os EUA deveriam adotar seria suspender as sanções econômicas que bloquearam 11 bilhões de dólares da Venezuela, enquanto a oferta de “ajuda humanitária” representa apenas 20 milhões de dólares, o equivalente a 0,18% do valor bloqueado.

Este final de mês será decisivo para os desdobramentos de um possível ataque, pois Guaidó anunciou que a “ajuda humanitária” será entregue dia 23 de fevereiro. Por outro lado, o governo uruguaio, com apoio do México, do secretário-geral da ONU e de alguns países europeus, promoveu uma reunião e criou o “Mecanismo de Montevideu”, com a intenção de intermediar negociações entre o governo Maduro e a oposição para buscar algum acordo que dê saída para a crise política na Venezuela e evitar uma guerra civil e a intervenção externa. O próximo passo desta iniciativa seria a visita de uma delegação ao país para realizar encontros com as partes, porém a data não está confirmada ainda.

O Brasil desde o malfadado governo Temer tem hostilizado Nicolás Maduro, e o tom beligerante subiu com Bolsonaro. No entanto, quanto à intenção dos EUA de intervir na Venezuela, o governo brasileiro tem sido ambíguo. Após uma reunião entre alguns integrantes como o vice-presidente general Hamilton Mourão, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e o do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, foi decidido que uma força tarefa em Roraima contribuirá com a logística da entrega da “ajuda humanitária” nesta fronteira.

Porém, o governo tem sinalizado que não aceitará a participação de militares estadunidenses e tampouco participará de uma intervenção armada, ao mesmo tempo em que aceitou a nomeação do general Alcides de Farias Jr. para ocupar o posto de subcomandante no Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos, unidade que opera frente aos territórios da América Central, Sul e Caribe. A nomeação foi anunciada dias depois de o Almirante Craig S. Faller, chefe do Comando Sul e que defendeu a participação brasileira numa possível intervenção militar na Venezuela em discurso ao Senado americano, visitar o Itamaraty e ser recebido por Araújo.

A política adotada pelo governo brasileiro fere profundamente nossa Constituição, que é muito clara quanto aos princípios de autodeterminação dos povos, de não intervenção e de solução pacífica dos conflitos, sem mencionar que o alinhamento automático com os EUA havia sido superado na nossa

política externa. A criação da Unasul, que os governos que combatem a Venezuela agora tentam destruir, caminhava a passos largos, alguns anos atrás, para a definição de uma política de segurança sul-americana comum. Além disso, uma guerra na nossa fronteira deixará sequelas em função do fluxo de refugiados que provocará e do precedente que uma intervenção deste nível criará.

Há que ver qual será a postura que dois parceiros do Brasil nos Brics adotarão, China e Rússia, pois, apesar da distância geográfica, este último realizou exercícios militares conjuntos com a Venezuela no final do ano passado. Os interesses de ambos esta-

riam em jogo com uma possível mudança na presidência venezuelana e seu alinhamento ao governo estadunidense, o que abriria as portas do país para as companhias petrolíferas dos Estados Unidos em detrimento do fornecimento atual, particularmente, para a China.

De todo modo, a posição dos democratas do mundo deveria ser em defesa da paz, da não ingerência externa e do direito do povo venezuelano à autodeterminação. É neste sentido que devemos pressionar o atual governo brasileiro e apoiar o Mecanismo de Montevideú.